

## SUMÁRIO

*Apresentação, 23*

*A Reforma do Judiciário e o Processo Tributário, 25*

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

*A Interpretação Econômica do Direito e a Duração Razoável do Processo:  
Análise de Mecanismos Alternativos para Solução de Litígios, 53*

EDUARDO JOBIM

1. Considerações iniciais ..... 54
2. Breves notas sobre a interpretação econômica do direito e a importância dos “custo de transação” ..... 56
3. O Poder Judiciário como instituição econômica ..... 59
4. Análise empírica de dados sobre matéria societária envolvendo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o Superior Tribunal de Justiça ..... 65
5. Resolução de conflitos intersubjetivos pelo procedimento arbitral: uma análise dos custos de transação ..... 68
  - 5.1. O sigilo como diminuidor dos custos de transação ..... 70
  - 5.2. A questão do (não) precedente ou leading case como diminuidor dos custos de transação ..... 73
  - 5.3. Notas sobre a especialização dos árbitros e da autonomia das partes que elegem os árbitros ..... 75

*A Renúncia à Cláusula Compromissória, 77*

ARNOLDO WALD

*O Processo posto na Constituição Federal. Aspectos Contemporâneos, 89*

JOSÉ AUGUSTO DELGADO

1. Introdução ..... 90

2. Aspectos gerais sobre alguns direitos processuais assegurados pela Carta Magna de 1988. A razoável duração do processo .....	94
3. O processo de reclamação constitucional para garantir a execução das decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	99
4. Sobre princípio constitucional processual da segurança jurídica e a sua influência nas decisões judiciais tributárias .....	104
5. Conclusão .....	116

*As Garantias Constitucionais do Novo Processo Penal na América Latina, 119*

ADA PELLEGRINI GRINOVER

1. Introdução .....	120
2. O Código Modelo para Ibero-América e a realidade processual penal da época .....	120
3. Sua influência política .....	121
4. A influência na legislação .....	122
5. A eficácia das garantias constitucionais do processo penal na América Latina .....	124
6. Juiz e Ministério Público .....	129
7. Conclusões .....	132

*Direitos Fundamentais, questões ordinárias e jurisdição constitucional: limites e possibilidades da arguição de descumprimento de preceito fundamental, 135*

LUÍS ROBERTO BARROSO

1. Introdução .....	136
2. Espécies .....	138
3. Pressupostos gerais de cabimento .....	141
3.1. Descumprimento de preceito fundamental .....	141
3.2. Inexistência de outro meio idôneo (subsidiariedade) .....	148
3.3. Ato do Poder Público .....	153
4. Pressuposto específico de cabimento: relevância do fundamento da controvérsia constitucional .....	156

5. Conclusão .....	158
--------------------	-----

*A Imprevisibilidade da Jurisprudência e os Efeitos das Decisões do Supremo Tribunal Federal no Direito Tributário, 161*

MISABEL ABREU MACHADO DERZI

1. Afinal, o sistema jurídico nacional é um sistema “autopoiético” ou “alopoiético”? .....	162
2. Os limites do “Politicismo” das decisões de uma Corte Constitucional .....	169
3. Uma questão a resolver: a imprevisibilidade das decisões judiciais na hora presente .....	173
3.1. O retorno coetâneo ao anacronismo da Súmula 584 do STF. ....	173
3.2. A substituição tributária progressiva no ICMS .....	175
4. As projeções e o controle dos efeitos das decisões da Corte Suprema e as insuficiências da Lei 9.868/99 .....	179
5. A segurança jurídica e a irretroatividade das decisões judiciais .....	184
6. Conclusões .....	189

*Princípios e Garantias Constitucionais do Processo, 195*

ELIANA CALMON

1. Introdução .....	196
2. Princípios, Garantias e Regras Constitucionais .....	198
3. Os Princípios Constitucionais do Processo .....	200
4. Conclusões .....	201

*O Papel do Supremo Tribunal Federal e a Repercussão Geral no Recurso Extraordinário, 203*

RODRIGO GARCIA DA FONSECA

1. Introdução .....	204
2. O Mais Alto Tribunal da Federação .....	206
3. O <i>Writ of Certiorari</i> , a Arguição de Relevância e a Repercussão Geral .....	211

4. Dificuldades Práticas e Possibilidades do Novo Recurso Extraordinário .....	222
5. Conclusões .....	232

*As Reformas do Direito Processual Civil e o Princípio Constitucional da Segurança Jurídica, 235*

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

1. Introdução .....	236
2. Segurança jurídica: Vínculo com o moderno Estado comprometido com a garantia dos direitos fundamentais .....	241
3. Noção de segurança jurídica .....	246
4. Leis vagas, imprecisas e cláusulas gerais .....	249
5. Exigências de qualidade e previsibilidade para a obra do legislativo .....	251
6. Relatividade do princípio de segurança jurídica .....	256
7. Exemplo recente de desprezo à técnica legislativa e à segurança jurídica .....	259
8. Ética, justiça e segurança na ordem jurídica .....	262
9. Exacerbação ideológica .....	264
10. Crítica à onda reformista por que passa o país .....	265
11. Conclusões .....	266

*Devido Processo Legal Substancial e Efetividade do Processo, 269*

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON

1. Princípios constitucionais .....	270
2. Significado do devido processo legal .....	272
a. Premissas .....	272
b. Devido processo legal na sua acepção tradicional: <i>procedural due process</i> – devido processo legal processual .....	273
c. Devido processo legal substancial .....	274
3. <i>Due process of law</i> : convergência de todos os princípios, garantias e exigências do processo civil .....	279
4. Projeções do devido processo legal substancial – do abstrato ao concreto .....	281



i. Limitação ao poder legislativo: controle difuso e concentrado de constitucionalidade .....	281
ii. Limitação ao poder administrativo: controle dos atos administrativos .....	282
iii. Limitação ao poder jurisdicional .....	282
iv. Igualdade substancial .....	292
5. Conclusão .....	295
Bibliografia .....	297

*Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e Controle Concentrado de Constitucionalidade de Lei Municipal, 301*

ALBERTO MACEDO

1. Introdução .....	302
2. O Controle de Constitucionalidade .....	302
3. Os municípios e sua inserção na Federação .....	304
4. O controle de constitucionalidade de leis municipais .....	307
4.1. Aplicabilidade Limitada <i>versus</i> Eficiência no Controle de Constitucionalidade .....	309
4.2. Espécies de ADPF .....	310
4.3. O Princípio da Subsidiariedade .....	313
4.4. A Declaração de Constitucionalidade por meio da ADPF ....	315
4.5. Legitimidade Ativa para propor ADPF para Declaração de Constitucionalidade de Lei Municipal .....	316

*Duração Razoável do Processo (art. 5º, LXXVIII da Constituição Federal), 321*

JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI

1. Efetividade e tempestividade da tutela jurisdicional .....	322
2. Determinação dogmática da dicção prazo razoável .....	324
3. Recepção da garantia pelo direito brasileiro .....	336
4. Adoção expressa e interpretação da garantia .....	340
5. Devido processo legal e seus corolários (o tempo justo) .....	341

*Análise Normativa da Retroatividade da Lei mais Favorável: uma análise do artigo 5, XL, da Carta de 1988 e do artigo 106, II, c, do CTN, 343*

JONATHAN BARROS VITA

1. Considerações Iniciais - Do Direito Positivo como fenômeno lingüístico e das normas jurídicas: em sentido <i>lato</i> , estrito e completo .....	344
2. Processo e Procedimento .....	346
3. Processo de execução e <i>autopoiesis</i> normativa .....	350
4. Devolução dos valores pagos ou restituição da pena cumprida no advento da norma sancionatória mais favorável: aspectos constitucionais e tributários .....	352
5. Conclusões .....	358

*Tribunal do Júri e Soberania dos Veredictos: Desconfiança e Enfraquecimento de um Falso Soberano, 361*

GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ

1. O Júri, o jurado e o juiz .....	362
2. A soberania dos veredictos .....	363
3. O Protesto por novo júri e a desconfiança com a decisão dos jurados .....	368
4. Uma proposta para adequar o protesto por novo júri .....	369
5. Revisão criminal: limites do poder de julgar dos Tribunais .....	372
6. Incoerência das soluções nos casos de revisão e apelação da sentença do júri .....	377
7. Conclusão .....	379
8. Bibliografia .....	380

*A Atuação Probatória do Réu Revel, sob o Aspecto Constitucional da Ampla Defesa, 383*

PAULO HOFFMAN

1. Introdução .....	384
2. Ampla Defesa .....	384

3. Revelia .....	386
4. Problematização do Tema .....	388
4.1. Revelia, confissão e falta de impugnação específica .....	389
4.2. Produção de provas pelo réu revel e pelo réu que não cumpre o ônus da impugnação específica – Intervenção do réu revel em qualquer fase (par. ún. do art. 322 do CPC) .....	393
4.3. Ausência de réplica e fatos impeditivos, modificativos e extintivos .....	397
4.4. Reconvenção sem contestação. Dupla revelia (do autor e do réu)? .....	399
4.5. Revelia + “presunção” de confissão no caso de ausência ou recusa a prestar depoimento pessoal – dupla “presunção”? ....	400
4.6. Revelia como critério de julgamento? .....	402
5. Conclusão .....	405
6. Bibliografia .....	407

*Mandado de Injunção: Desafios e Perspectivas, 409*

FLÁVIA PIOVESAN

MARIA CECÍLIA CURY CHADDAD

1. Introdução .....	410
2. O Mandado de Injunção na Constituição Federal de 1988 .....	410
2.1. Origem .....	410
2.2. Objeto e finalidade .....	412
2.3. Hermenêutica constitucional .....	415
3. Balanço Jurisprudencial .....	418
4. Considerações Finais .....	423
5. Bibliografia .....	424

*ICMS e Não-Cumulatividade: Considerações de Cunho  
Constitucional, 429*

EDUARDO JACOBSON NETO

1. Delimitação do Problema .....	430
2. Elucidações iniciais .....	430

3. Definição de não-cumulatividade aplicável ao ICMS .....	431
4. Operações não-constitutivas de créditos escriturais de ICMS .....	433
5. Funções da Lei Complementar .....	434
6. Operações incentivadas .....	436
6.1. Inconstitucionalidade “originária” dos artigos 1º, parágrafo único, incisos I a V e 8º, inciso I, da LC nº 24/75 .....	436
6.2. Campo de aplicação do artigo 155, XII, “g”, da CF/88 .....	440
6.3. Não recepção do artigo 8º, inciso I, da LC nº 24/75 .....	445
6.3.1. Violação ao artigo 155, §2º, incisos I e II, da CF/88 ..	446
6.3.2. Violação aos artigos 1º, 2º, 97 e 102, inciso I, alíneas “a” e “f”, da CF/88 .....	447
7. Conclusões .....	450

*Fundamentação das Sentenças como Garantia Constitucional, 453*

OVÍDIO A. BAPTISTA DA SILVA

*Devido Processo Legal e Abuso de Poder, 483*

ROBERTO ROSAS

*Dívida Ativa e Princípios Constitucionais: entre Segurança Jurídica e  
Eficiência Administrativa nos casos de Nulidade da Certidão, 499*

HELENO TAVEIRA TÔRRES

1. A dívida ativa no CTN e seus pressupostos substantivos .....	500
2. A nulidade da certidão de dívida ativa no CTN e limites para sua alegação .....	505
3. Direito público subjetivo à decretação de nulidade da CDA viciada .....	508
3.1. Limite processual para substituição da certidão nula .....	509
4. Os limites materiais do art. 203, do CTN – entre erros ou omissões substanciais e acessórios .....	511
4.1. A nulidade por erro material substancial do título executivo e o dever de substituição da CDA .....	514



5. Os limites da relativização da nulidade do título executivo – apreciação de matéria de fato – recurso a provas: impedimento constitucional – a Jurisprudência do STJ .....	515
5.1. A nulidade decorrente de afetação a elementos substanciais ..	521
5.2. O dever de anular o ato por afetação a elemento substancial da obrigação tributária e a natureza substancial das formas exigidas pelos artigos 201 e 202, do CTN – ou da forma à substância .....	524
5.3. O erro substancial quanto à base de cálculo em face da “aparência” revelada na certidão – o dever de controle da verdade material .....	527
6. Considerações Finais .....	530

*Do Efeito Ex Nunc na Declaração de Inconstitucionalidade pelo STF, 533*

TÉRCIO SAMPAIO FERRAZ JÚNIOR

1. Dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade e a Lei n. 9.868/99 .....	534
2. Segurança jurídica e a questão da retroatividade .....	537
3. Restrição dos efeitos e senso de razoabilidade .....	539
4. Restrição dos efeitos e funções eficaciais da norma declarada inconstitucional .....	543
5. Critérios de orientação para a restrição de efeitos <i>ex tunc</i> .....	546

*O Mandado de Injunção, o Processo Constitucional e os Direitos  
Fundamentais, 553*

RICARDO LOBO TORRES

1. Introdução .....	554
2. O Modelo Americano .....	554
3. O mandado de injunção no Brasil .....	557
3.1. Doutrina .....	558
3.2. Jurisprudência .....	560
4. Soluções alternativas: a ação civil pública e as tutelas antecipadas ..	565
5. A desnecessidade do mandado de injunção .....	565

6. A mudança de orientação do STF .....	566
7. Conclusão .....	568
8. Bibliografia .....	569

*Novas Dimensões do Controle de Constitucionalidade no Brasil:  
Prevalência do Concentrado e Ocaso do Difuso, 573*

FERNANDO FACURY SCAFF

1. Posição da Questão .....	574
2. Noções sobre o controle direto .....	575
2.1. Legitimados .....	577
2.2. Objeto .....	578
2.3. Medida Cautelar .....	579
2.4. Tipos de declaração de inconstitucionalidade, efeitos temporais e vinculação .....	579
3. Noções sobre o Controle Difuso .....	580
3.1. Legitimados e ações que podem ser utilizadas .....	582
3.2. O mecanismo da Reserva de Plenário e sua relativização ....	583
3.3. O Recurso Extraordinário. A exigência da “repercussão geral” .....	584
3.4. Como as normas deixam de ser aplicadas. O papel do Senado Federal. Efeitos temporais da decisão .....	589
3.5. As Súmulas Vinculantes .....	592
3.6. Notas a larete: a Súmula Impeditiva de Recursos (art. 518, parág. 1º, CPC) e a Sentença sem Citação (art. 285-A, CPC).....	596
4. O que falta ser feito: transformação do STF em uma Corte Constitucional .....	599
5. A título de conclusão: prevalência do controle concentrado e ocaso do difuso. preocupações com ausência de democracia e pluralismo na implementação da justiça constitucional no Brasil ..	604
Bibliografia .....	605

*Noção Essencial do Princípio da Proporcionalidade, 607*

WILLIS SANTIAGO GUERRA FILHO

1. Significado atual do Princípio da Proporcionalidade na Filosofia do Direito .....	608
2. Origem da idéia de Proporcionalidade .....	609
3. A proporcionalidade em um ordenamento jurídico de regras, princípios e procedimento .....	611
4. A elevação do Princípio da Proporcionalidade ao nível constitucional pelo Tribunal Federal Constitucional alemão .....	618
5. O desconhecimento do Princípio da Proporcionalidade na tradição publicista latina .....	619
6. O reconhecimento do Princípio da Proporcionalidade no Direito Brasileiro .....	620
7. Bibliografia .....	628

*O Devido Processo Legal na Formação do Título Executivo da Fazenda Pública. A Falácia do Crédito Tributário Não-Contencioso, 631*

SACHA CALMON NAVARRO COELHO

1. Intróito .....	632
2. O lançamento por homologação. Natureza Jurídica .....	636
3. Ato, Procedimento e Processo Administrativo. A garantia fundamental do <i>due process of law</i> .....	641
4. Conclusões .....	644

*Efeitos “Abstratos” do Controle Difuso de Constitucionalidade em Processo Coletivo: Superando alguns Mitos e Distorções, 647*

ANDRÉ RAMOS TAVARES

1. Ponderações Propedêuticas .....	648
2. Do controle da constitucionalidade das leis e demais atos normativos .....	649
2.1. Surgimento no mundo .....	649
2.2. Compreensão do modelo brasileiro de controle de constitucionalidade a partir de uma retrospectiva histórica ...	651

2.3. Sistema atual da jurisdição constitucional no Brasil .....	653
2.4. O poder dos juízes no modelo difuso .....	654
3. Surgimento da tutela dos direitos metaindividuais .....	655
3.1. Tutela dos direitos metaindividuais no Brasil .....	656
3.1.1. Da causa de pedir e do pedido .....	657
3.1.2. Caráter concreto das ações coletivas .....	660
3.1.3. Dos efeitos da decisão e da coisa julgada .....	664
3.1.4. Ação coletiva ou abstrata? Considerações finais .....	665
4. Objeções à defesa de interesses metaindividuais: o problema do controle de constitucionalidade .....	666
4.1. Declaração prejudicial de inconstitucionalidade em sede de ação coletiva e seus efeitos <i>erga omnes</i> .....	667
4.2. Sobreposição de instâncias e possível litispendência .....	669
5. Posição adotada: possibilidade do controle concreto-difuso da constitucionalidade em ações coletivas .....	672
5.1. Posição do STF: nega que haja usurpação de sua competência .....	672
5.2. Implicações constitucionais-sistêmicas .....	675
5.3. Considerações complementares e incongruências do modelo restritivista .....	676
6. Eficácia <i>ex tunc</i> da decisão incidental de inconstitucionalidade em ações coletivas .....	677
7. Conclusões .....	679
8. Referências Bibliográficas .....	680

*Lições de Processo Civil voltado para o Direito Tributário, 683*

DEJALMA DE CAMPOS

1ª Lição: Introdução .....	684
2ª Lição: Jurisdição .....	685
1. Competência .....	686
2. Órgãos Jurisdicionais .....	686
3. Sujeitos Processuais .....	686
4. Ação, Pretensão e Recurso .....	687
5. Atos Processuais .....	688



3ª Lição: Princípios Processuais .....	689
1. Princípio Dispositivo .....	689
2. Princípio do devido Processo legal .....	689
3. Princípio da oralidade .....	690
4. Princípio da publicidade dos atos processuais .....	690
5. Princípio da economia processual .....	690
6. Princípio da eventualidade ou da preclusão .....	690
7. Princípio da verdade material .....	690
8. Princípio da verdade formal .....	690
9. Princípio da lealdade .....	691
10. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	691
11. Princípio da universalidade da jurisdição .....	691
4ª Lição: Direito Fiscal e Direito Tributário .....	692
5ª Lição: Procedimento Tributário e Processo Tributário .....	692
6ª Lição: Objeto do Procedimento Tributário e do Processo Tributário .....	694
7ª Lição Final: Notas Bibliográficas .....	694

### *Suspensão de Segurança, 697*

PAULO CÉSAR CONRADO

1. Mandado de segurança como manifestação especial do direito de ação .....	698
2. O mandado de segurança no plano da legislação ordinária .....	698
3. Natureza jurídica dos pedidos de suspensão de segurança .....	699
4. Por que cautelar? .....	699
5. Sobre ser o PSS cautelar de natureza incidental .....	701
6. Sobre ser o PSS cautelar típica .....	702
7. Sobre ser o PSS cautelar nominada .....	702
8. PSS e recurso (de agravo ou de apelação): inconfundibilidade .....	702
9. Convivibilidade dos PSS's e dos recursos que atacam a liminar ou a sentença de concessão da segurança .....	704
10. Sobre a atual sistemática de processamento dos recursos de apelação e de agravo (de instrumento) .....	705

11. A repercussão da atual sistemática de processamento dos recursos de apelação e de agravo (de instrumento) em relação aos PSS's ....	707
12. Fundamento do PSS <i>versus</i> razões de recurso .....	708
13. <i>Periculum in mora</i> .....	709
14. Impacto da definição de <i>periculum in mora</i> na definição do fundamento do PSS .....	711
15. O <i>fumus</i> no PSS .....	713
16. Conclusões .....	714

*O Mandado de Injunção como Ação Constitucional: crônica de uma morte anunciada ou desvelamento de um paradigma?, 715*

ELAINE HARZHEIM MACEDO

1. Notas preambulares .....	716
2. Aspecto substancial do mandado de injunção: cabimento da ação.	724
3. A questão da legitimidade (passiva) e sua vinculação com a competência no mandado de injunção .....	730
4. Sentença no mandado de injunção: algumas considerações sobre o seu conteúdo, eficácia, efeitos .....	737
5. As recentes oscilações na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal como contributo ao desvelamento de um paradigma .....	741
6. Breves considerações sobre o Projeto de Lei nº 6.839/06 .....	745
7. Considerações finais .....	746
8. Referências bibliográficas .....	748

*O Direito Fundamental ao devido Processo Legal em Perspectiva Comparativa, 749*

LUCIANO BENETTI TIMM

Introdução .....	750
I. O <i>Due Process of Law</i> no Direito norte-americano .....	752
A) Histórico .....	752
B) Conteúdo .....	755
1. O devido processo processual .....	755
2. O devido processo material .....	755

II. Proposta de interpretação ao devido processo no Brasil .....	756
Conclusão .....	760
Bibliografia .....	762

*A Razão de Estado na Práxis da Suspensão de Segurança, 763*

EDUARDO FORTUNATO BIM

1. Introdução .....	764
2. Pressupostos da suspensão de segurança .....	764
3. As razões de Estado .....	767
4. O rechaço das razões de Estado no Estado democrático de direito. 770	
4.1. A invisibilidade das razões de Estado: a sedução do discurso. 771	
4.2. A boa e a má razão de Estado .....	772
5. A razão de Estado como antítese do Estado democrático de direito .....	773
6. O polimorfismo das razões de Estado e o mito de Proteu .....	778
7. A razão de Estado como aglutinadora entre o interesse público primário e o secundário .....	779
7.1. A distinção entre o interesse público primário e o secundário... 780	
7.2. As razões cívicas .....	781
7.3. A governabilidade como uma razão de Estado .....	782
8. A exposição motivada do interesse público na suspensão de segurança .....	782
8.1. O interesse público concreto .....	783
8.2. A lesão ou risco de lesão grave .....	785
8.3. A ponderação dos interesses públicos em jogo .....	787
9. O efeito multiplicador na práxis da suspensão de segurança .....	790
10. Conclusão .....	792

*Segurança Jurídica e Irretroatividade da Norma Processual, 795*

JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA

LUIZ RODRIGUES WAMBIER

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

*Mandado de Segurança, termo a quo do Prazo Decadencial e Concursos Públicos, 819*

RAFAEL MAFFINI

1. Introdução .....	820
2. Concursos públicos e o termo inicial do prazo decadencial .....	822
3. A Súmula 266 do Supremo Tribunal Federal .....	827
4. Conclusões específicas .....	832

*Política Criminal, Constituição e Processo Penal: Razões da Caminhada Brasileira para a Institucionalização do Caos, 835*

MAURÍCIO ZANOIDE DE MORAES

1. Introdução .....	836
2. Política e Sociedade .....	838
3. Política Criminal como parte da Política de Estado: natureza e formulação .....	843
4. Política Criminal Brasileira: principais causas e conseqüências de sua inexistência .....	850
4.1. Principais causas da ausência de política criminal no Brasil ..	851
4.2. Principais conseqüências da ausência de uma política criminal no Brasil: uma crise de legitimidade .....	856
5. Constituição e Tratados Internacionais: matrizes para o início .....	859
5.1. Necessária superação do falso dilema: “eficiência <i>versus</i> garantismo” .....	861
5.2. Uma proposta para início de uma política criminal brasileira na área processual penal .....	863
6. Conclusão .....	864
7. Bibliografia .....	866

*Os Direitos Fundamentais e sua Dimensão Organizatória e Procedimental: alguns pressupostos para uma adequada compreensão do processo na perspectiva constitucional, 867*

INGO WOLFGANG SARLET



1. Considerações preliminares: apresentação e delimitação do tema ..	868
2. A assim designada dimensão jurídico-objetiva dos direitos fundamentais e seus diversos desdobramentos: uma primeira aproximação .....	870
3. A dimensão organizacional e procedimental dos direitos fundamentais e os assim designados direitos à participação na organização e procedimento .....	881
4. Considerações finais .....	891

*O Princípio Constitucional da Presunção da Inocência e a Responsabilidade Fiscal de Terceiros, 895*

CHARLES WILLIAM McNAUGHTON

1. Considerações iniciais .....	896
2. Breves considerações sobre responsabilidade pessoal de terceiros ...	897
2.1. Do artigo 135 do Código Tributário Nacional .....	897
2.2. Do artigo 13 da Lei nº 8.260/93 .....	900
3. Da indicação de terceiros responsáveis em CDA sem adequada fundamentação e violações ao princípio da ampla defesa .....	901
3.1. Premissa maior: presunção de inocência, ampla defesa e devido processo legal .....	901
3.2. Premissa menor .....	904
3.3. Parênteses necessários .....	905
3.4. Primeira conclusão .....	905
3.5. E a CDA? .....	906
3.6. A presunção de legitimidade da Certidão de Dívida Ativa ...	907
3.7. Presunção de legitimidade do ato administrativo <i>versus</i> princípio constitucional da presunção de inocência .....	908
4. Conclusão .....	910

*A Súmula vinculante no direito brasileiro. Estudo comparativo com o direito inglês, 913*

EDUARDO JOBIM

LUCIANO BENETTI TIMM

Introdução .....	914
I. A doutrina inglesa do precedente .....	918
II. <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i> .....	920
III. <i>Stare decisis</i> .....	922
Conclusão .....	925
Bibliografia .....	926

